

O Anjo da Guarda do Marquês de Pombal

José Esteves Pereira

EM 1775, SAIU IMPRESSO NA RÉGIA OFICINA TIPOGRÁFICA um opúsculo apologético, de autor anónimo, intitulado *PRECES E VOTOS DA NAÇÃO PORTUGUEZA AO ANJO DA GUARDA DO MARQUEZ DE POMBAL*. Sabemos que foi escrito por António Pereira de Figueiredo (1725-1797), o principal teórico do regalismo pombalino. Não se trata de mais um dos inúmeros textos de desagravo surgidos na altura em que parece ter sido urdida uma conspiração para matar o Marquês de Pombal protagonizada por um genovês, Giambattista Pelle. De facto, o conteúdo do escrito do oratoriano Pereira de Figueiredo assume especial significado pela invocação que nele é feito do Anjo Custódio de Portugal, elemento simbólico da representação do poder enquanto este é assistido por Deus.

Trata-se de uma composição literária onde, aparentemente, apenas se amplifica o que se poderia desejar do apoio celestial no exercício do Poder, não pertencendo o texto, em todo o caso, ao conjunto das deificações e heroicidades dos Príncipes (embora aqui esteja em causa, sobretudo, o ministro Pombal) que se manifesta ao longo da história europeia e que assumiu particular significado com Luís XIV e a sua identificação com Alexandre Magno.¹ No entanto, o modo como é construído o discurso das *Preces e Votos* converge, inequivocamente, para a representação da sacralização do poder régio absoluto em que tanto se verifica a expressão assumida do jusdivinismo e do regalismo, como se depreende uma atitude defensiva com a exorcização do Mal, em que os jesuítas não podiam deixar de ser os réus da história.

As razões da apologia

A circunstância que motivou o opúsculo, de carácter nitidamente oficial, prende-se, como já foi dito, com o atentado que, alegadamente, se preparava tendo como alvo o todo poderoso ministro de D. José I António Pereira de Figuei-

Alegoria da Glória do Marquês de Pombal,
gravura anónima.
Biblioteca Nacional de Lisboa



redo avançou, porém, nas suas considerações panegíricas, a certeza da cumplicidade dos jesuítas. Não será demais sublinhar que a Companhia de Jesus estava já extinta pelo breve de Clemente XIV, *Dominus ac Redemptoribus*, de 23 de Julho de 1773 e, em Portugal, os seus religiosos tinham sido expulsos há perto de um quarto de século. Mas, o processo político e mental era permanentemente avivado como se pode verificar no *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, de 1771, onde aparecem consignados os vários «estragos» produzidos pelos inactivos. E assim, a par da autoria mais directa do atentado, realçava-se a perniciosidade mortal dos jesuítas para a sociedade portuguesa. Entretanto, o genovês foi julgado sem qualquer possibilidade de defesa, sentenciado em 9 de Outubro de 1775 e imediatamente executado, na Junqueira, com requintes de crueldade, tendo sido os seus despojos queimados.

Este pequeno enquadramento dos acontecimentos torna-se necessário para uma melhor compreensão das *Preces e Votos*, como veremos.

Teorização política e representação do poder

Na argumentação, sem dúvida apologética, verifica-se o espelhamento simbólico da teorização e acção políticas e de uma bem definida cultura de poder centrada no Ministro de D. José, sobre cuja figura Pereira de Figueiredo não hesita em dizer que lhe assiste um Anjo Príncipe para bem do Paraíso da Europa que é o Portugal pombalino.

O estilo, exteriormente laudatório, encobre uma apreciação rica sobre a *representação* do poder é, até, sobre a sua legibilidade mais popular, sem perder de vista o pano de fundo de uma teoria e prática políticas. Por isso mesmo, antes de irmos ao encontro do Anjo da Guarda do Marquês de Pombal, importa reter o seguinte. Em 1775, estamos no auge do exercício do poder

pombalino, nas vésperas, também, de uma afirmação de Estado no contexto da política europeia. No plano jurídico, com a Lei da Boa Razão (1769), encontrara-se um instrumento essencial para interpretação e integração das lacunas do direito pátrio. Além disto, o invocar da Razão, como expressão de poder esclarecido, toma um lugar crescentemente preponderante para reiterar a acção política Nas *Preces e Votos*, expondo-se os jesuítas, invoca-se o Altíssimo e denunciam-se as más acções dos que «pretendem, e procuram com o último empenho, e esforço tirar a vida ao mesmo Marquez de Pombal, pelos modos mais astutos, mais cruéis, mais imprevistos; sem entretanto os refrear e coibir nem a santidade, e severidade das minhas Leis; nem os ditames da Razão Natural.»²

Mas a racionalidade do poder, que deve ser legitimada, exige a sua sacralização, e é neste contexto que a injunção da transcendência presente na pequena obra apologética de António Pereira de Figueiredo adquire mais significado.

Pombal salvara-se por intercessão do seu Anjo da Guarda. Mas, que Anjo da Guarda?

A tutela ou custódia do Anjo sobre os povos está presente na simbólica do Poder. A protecção divina estende-se a cada um dos homens, ou apenas aos eleitos, por intermédio de potências subordinadas à autoridade de Deus que tanto pode favorecer ou não os mortais. Esta protecção viria a estender-se, na fortíssima tradição paulina, aos povos e às nações. Aceita-se o apoio, ao mesmo tempo angélico e político, do exército divino que se dobra de mensageiro, na acepção mais colada à palavra grega *angelos* como expressão simbólica do poder espiritual, devendo acrescentar-se, ainda, o seu papel esclarecedor dos homens e das nações.

António Pereira de Figueiredo, o principal teorizador do regalismo pombalino, adverte-nos sobre a questão angélica: «É teologia certa, e

corrente, que não só a cada homem, mas também a cada Reino, assinou a Providência de Deus um Anjo por Tutelar.»³ Recorrendo ao Antigo Testamento afirma que «o Altíssimo dividiu as Nações e separou uns dos outros os filhos de Adão, logo, segundo o número das Regiões, e Províncias, destinou outros tantos Anjos de Deus.»⁴

A sacralização do poder, que sucede à separação crescente do Sacerdócio e do Império, foi intensamente discutida, sobretudo a partir do século XVII. Entre outras obras que nos interessam para esta questão refiram-se autores como Nicolau de Hontheim (Febrônio), Zeger van Espen e o próprio Pereira de Figueiredo, onde se procede a uma avocação acrescida de signos vinculadores de um exercício régio de fundamento jus-divinista.

A sacralização do poder pombalino no contexto do regalismo

Quanto à avocação simbólica, no texto de António Pereira de Figueiredo deparamos com uma formulação menos presa à teorização jurídica e jus-canónica do autor. Na legitimação sacralizadora do exercício do poder pombalino que transparece nas *Preces e Votos* aparece-nos, por um lado, a figura do soberano, D. José, o segundo David e, por outro lado, de modo mais veemente, a mensagem do divino pela voz dedicada, pelo conselho íntimo propiciado pelo Altíssimo ao Marquês ao mesmo tempo que, implicitamente, se assegura a incolumidade do Ministro, mercê da bondade do espírito celestial: «Trata-se da incolumidade, e segurança não de algum Homem inútil, cuja vida importe pouco à República, mas da incolumidade, e segurança de um Ministro, a quem eu com especial Providência mandei ao Mundo, e escolhi nestes últimos tempos de tanta calamidade, e corrupção; para que estando ao lado de D. JOSÉ, Rei de Portugal, como seu primeiro Ministro; procurasse reparar



os gravíssimos danos, e estragos, que por espaço de dois séculos amontoou a malícia de uns Homens tão ingratos.»⁵

Mas, como identificar o anjo salvador e conselheiro? Pereira de Figueiredo interroga:

1. Será o Grande Anjo (Génese, III, 24) que expulsa Adão do Paraíso proibindo-o com uma espada a nele entrar?⁶ Logo o ex-padre Néri avança com algumas suposições. Se fosse tal potestade simbolizaria, quiçá, a Espada da Razão e da Autoridade Régia. É interessante seguir o jogo metafórico. A acção régia josefino-pombalina, virtuosamente, expulsara os prevaricadores jesuítas transformando Portugal no Paraíso da Europa.⁷ A este propósito, não se pode esquecer o impacto europeu que teve a decisão de expulsar os jesuítas e a internacionalização das próprias teses regalistas pereirianas que mereceriam especial atenção por parte das *Nouvelles Eclésiastiques*, órgão jansenista.⁸

2. Seria o Anjo do Êxodo (XIII, 21) que conduziu pelo deserto o povo de Deus protegendo-o contra a inclemência do Sol e abrindo-lhe o caminho, na Noite, como um facho?⁹

Talvez fosse concorde à acção pombalina este sinal do Anjo já que, Pombal (cliente do Anjo e da protecção divina) ia propiciando quer a construção (material) que abriga os súbditos, quer os ditames do poder (espiritual) esclarecido mediante leis iluminadas.

3. Ou, em configuração mais aceite, de sentido neotestamentário, surgiria o Anjo de entre a celestial Milícia como Miguel, Rafael ou Gabriel?¹⁰

Pereira de Figueiredo suspende a sua indagação valorizando a própria ocultação do nome, mas não do poder da sua natureza, como veremos. A ocultação do nome aumenta para o admirador de Pombal o significado da injunção tute-

lar, a própria grandeza do arcano face ao eleito. O velamento propositado na inquirição exegética permite-lhe magnificar o Anjo concluindo pois que para o Restaurador (magnânimo), Defensor (intrépido) e Herói (inigualável) só se revela adequada a protecção e a assistência única de um Anjo Príncipe, de um ARCANJO, passando o Padre Figueiredo, sem mais delongas, à estratégia de uma dúvida que prevemos vir a ser imediatamente esclarecida:

«E quem pode duvidar ser um mesmo o Anjo Custódio de Portugal, e o Anjo Custódio do nosso Marquez?»¹¹

Ao lado da especulação angeliológica, Pereira de Figueiredo não deixará de lembrar vinte e cinco anos de «estupendas obras e acção de um magnânimo Rei e de um Magistério inspirado, guiado, favorecido, e protegido do invencível



Alegoria do Marquês de Pombal,
desenho de António Fernandes Rodrigues
e gravura de Selphen Fessard, c. 1762.
Biblioteca Nacional de Lisboa

influxo e poderoso socorro de algumas das Celestiais Inteligências mais próximas ao lume inacessível da Divindade». ¹² As Luzes da acção política reflectem, penso que sem margem para dúvidas, como já foi tratado – entre muitas outras incidências interpretativas – a Ilustração (ou as Luzes) de sinal cristão, apostadas no acrisolamento espiritual, contemporâneo das interpretações teológicas e jus-canónicas oriundas das discussões sobre o Sacerdócio e o Império. ¹³ Encontramos, também, na representação de um poder directamente recebido de Deus, exercido no silêncio da consciência, no intimismo espiritual filo-jansenista.

A questão jesuíta

As *Preces e Votos*, é bom não esquecer, são motivadas por uma ocorrência que tem sido motivo de distintas valorações atendendo ao confronto das justificáveis razões de Estado ou da forma brutal como Sebastião José de Carvalho e Melo, em várias ocasiões, exerceu o poder. Mais tarde, em 1777, nas sátiras antipombalinas se havia de invocar, simbolicamente, a intervenção «de Maria» que resgataria Portugal da influência nefasta do demoníaco ministro. ¹⁴ De momento, nos fins do ano memorável de 1775, o Anjo «falava» a Pombal legitimando a expulsão dos jesuítas. A negação total de presuntivas virtudes da acção dos filhos de Loiola permitem a emergência, em luminoso contraponto, de uma sociedade perfeita e realmente cristã, ou seja, aquela que foi disposta pelo pombalismo e aceite por quase todos os seus súbditos. Quase... É que os jesuítas, embora afastados fisicamente do Reino, devem considerar-se excluídos sem direito a participar no canto colectivo redizendo o salmo [90(91)], o salmo do poder abençoado. ¹⁵ Por esse facto, o Padre Pereira de Figueiredo reforça, de seguida, a perigosidade jesuíta:

«E vós, ó Homens perdidos, Homens abandonados às depravações da raiva, e da desespe-

PRECES, E VOTOS DA NAÇÃO PORTUGUEZA A O ANJO DA GUARDA DO MARQUEZ DE POMBAL.



LISBOA
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.

ANNO MDCCLXXV.
Com Licença da Real Mesa Censúria.

PRECES, E VOTOS DA NAÇÃO PORTUGUEZA.

QUOD EST TIBI NOMEN, UT HONOREMUS TE?
CUR QUÆRIS NOMEN MEUM, QUOD EST MIRABILE?
Judic. XIII. 17. 18.

Dizei-nos que Nome he o vosso, para vos rendermos as Graças?

Para que me perguntais o meu Nome, que por isso mesmo que he occulto, he admiravel?

Livro dos Juizes, cap. XIII. vers. 17. 18.



ANJO santo, Anjo forte, Anjo immortal; Anjo destinado pelo Altíssimo para Tutelar de huma vida, de que dependem tantas vidas; Anjo dado por Guarda ao illustre, e pio Marquez de Pombal, por quem vive a Religião, a Justiça, a Literatura, a Authoridade, o Respeito, o Credito, a Honra, a Paz, a Segurança, a Felicidade de toda a Nação Portuguesa: Dizei-nos quem sois, como vos chamais, que Nome he o vosso? Todos os que nos prezamos de bons Portuguezes, elimáramos mais que tudo saber, a quem havíamos de tributar os nossos obsequios, e render as devidas Graças, pelo singular, e inextimavel Beneficio, que de proximo nos fizestes, livrando-nos, e conservando-nos sal-

salvo da ruína imminente o nosso Restaurador magnânimo, o nosso Defensor intrépido, o nosso Heróe sem igual.

Sereis por ventura o grande Anjo, que depois de expulsar do Paraíso da Ásia o primeiro Prevaricador, que houve no Mundo; lhe ficou prohibindo com huma Espada de Fogo a entrada nelle (*)? O vosso Cliente armado tambem da Espada da Razão, e da Authoridade Regia, foi o que expulsou de Portugal, que he o Paraíso da Europa, os primeiros, isto he, os mais insignes Prevaricadores, que vio a nossa idade; e o que para não tornarem já mais a entrar nelle, espera que em todos os seculos lhes haja de servir de obstaculo invencivel, e inauferivel, a mesma memoria, e respeito do seu nome. Sereis o que de dia com huma Columna de Nuvem na mão, como Umrélla contra o Sol; e de noite com outra Columna de Fogo, como Facho, conduzio pelo Deserto o Povo de Deos (*)? O vosso Cliente nascido sem dúvida para trazer ao seu Povo tudo o que era commodidade, e proveito; ora se occupa em lhe construir magnificos, e sumptuosos Teólos, que o defendam dos ardores do dia; ora em o allumiar com a brilhante Tócha dos seus Distames, e Doutrinas, para que não erre, nem se precipite no meio das densas Trévas, de que achou cubertos todos os caminhos. Sereis o que em huma noite matou no Exercito de *Semauquerib* cento e oitenta e cinco mil Assyrios, que tinham sitiada por toda a parte a Corte Santa (*)? O vosso Cliente tambem com o seu poderoso Braço destruiu, e aniquilou de hum golpe Oppressores sem número, que desde a idade de nossos Avós conservavam bloqueada, e fechada por todos os Lados a Princeza das Cortes, a

(*) Genes. iii. 24. (†) Exod. xiii. 21. (‡) IV. Reg. xix. 35.

triste Lisboa, o sacrificado Portugal. Sereis o que depois de affugentar da Casa de Sára o maligno Espirito *Afno-deo*, que lhe infestava o Thálamo, e matava todos os Espópos; o prendeo, e ligou por ultimo nos Desertos da Thebaida, para mais não impêcer ao Genero humano (*)? O vosso Cliente tambem com o exterminio de hunos, e com a prízão de outros semelhantes Infestadores das Sociedades, e das Familias, poz em segurança, e repouso as nossas Casas. Sereis algum dos sete grandes Espiritos, que diante do Throno da Divindade estam continuamente fazendo Corte ao Altissimo (*)? Sereis algum dos tres grandes Principes da celestial Milicia, *Miguel*, *Rafael*, ou *Gabriel* (*)?

Sendo innumeravel, e ao nosso modo de entender quasi infinita a multidão destas animadas Estrellas do Firmamento (‡); he coula que não parece carecer de mystério, que só das tres referidas nos declarem o nome as Escrituras Canonicas; regeitando a Igreja de Jesus Christo por Apocryfos todos os mais nomes de Anjos, que lemos no Quarto Livro de *Ezdras*, e na Profecia attribuida a *Henoc*. Quanto porém o vosso Nome he para Nós mais occulto, tanto he mais admiravel. A altura, e profundidade do Ser Divino, a que a Natureza Angelica he immediata, são as que fazem inacessivel ao nosso conhecimento tudo o que a elle mais se aproxima. Até os Gentios chegaram a alcançar, que a mesma occultação dos nomes fazia mais respeitaveis os seus Tutelares. (†)

Quem quer porém que Vós sejais, eu tenho por certo, que sois hum Anjo de Jerarquia superior, hum Anjo

B

Prin-

(*) Tob. viii. 3. (†) Tob. xii. 15. (‡) Dan. x. 13.
(§) Apocal. i. 20. *Septem Stelle Angeli sunt septem Ecclesiarum.*
(||) Plin. xxviii. 2. *Durum in Pontificum Disciplina id sacrum. Constatque illo occultatum, in cujus Dei tutela Roma esset, nequi hostium simili modo agerent.*

Principe; como dado por Custodio a hum Homem de superior ordem; a hum Homem Heróe em tudo o que medita, em tudo o que emprende, em tudo o que executa; a hum Homem encarregado por Deos do Governo, e Administração de hum Reino de vastos Dominios, de vastas Negociações; e especialmente grato, e acceto aos olhos do Altissimo, pela Pureza da Fé, e da Religião, que constantemente professa, e conserva.

He Theologia certa, e corrente, que não só a cada Homem, mas tambem a cada Reino, allinou a Providencia de Deos hum Anjo por Tutor. O Texto do Deuteronomio, segundo a Versão dos Setenta, he entre os Santos Padres de huma, e outra Igreja clarissimo, e terminantissimo: *Tanto que o Altissimo dividio as Nações, e separou huns dos outros os Filhos de Adão, logo, segundo o número das Regiões, e Províncias, destinou outros tantos Anjos de Deos* (*). No Livro de Daniel ainda he muito mais illustre a alteiração, que teve o Anjo do Povo Israelitico com o Anjo dos Persas (†). Nos Actos dos Apóstolos a apparição do Anjo de Macedonia a S. Paulo (‡). No Apocalypse os Anjos das sete Igrejas da Ásia Menor (§). Na Historia da Guerra Judaica os Anjos do Templo de Jerusaleim. (||)

Acrescenta o grande Bispo da Eufretésia, e Santo Padre Theodoro, que os Guardas dos Homens são de ordinario da Classe dos que chamamos simplesmente *Anjos*; os Guardas porém dos Reinos, e Províncias, são da Classe dos que chamamos *Arcanjos*, isto he, Anjos Principes, ou Principes dos Anjos (*). E quem póde duvi-

(*) Deuteron. xxxii. 8. *Quem dividit Altissimus gentes, & separavit filios Adæ, assignavit terminos populorum juxta numerum Angelorum s. d.*
(†) Dan. x. 13. (‡) Act. xvi. 9. (||) Apocal. i. 18.
(§) Joseph. de Bel. Jud. xi. 31. (||) Theodor. sobre o cap. x. de Daniel.

dar ser hum mesmo o Anjo Custodio de Portugal, e o Anjo Custodio do nosso Marquez? Todos os que nestes vinte e cinco annos temos presenciado, e admirado as estupendas Obras, e Acções do nosso magnânimo Rey, e Senhor D. JOSÉ o Primeiro; o admiravel acerto na escolha, e condução dos Meios, que era necessario applicar, para se conseguirem tantos Fins altissimos, e importantissimos; o feliz, e glorioso successo de tantos Negocios por extremo difficeis, arduos, e complicados: Não podemos deixar de reconhecer, e confessar com hum respeito-so allômbro, ser o actual Ministerio de Portugal hum Ministerio inspirado, guiado, favorecido, e protegido do invencivel influxo, e poderoso soccorro de alguma das celestiaes Intelligencias mais proximas ao Lume inacessivel da Divindade. (†)

E que outra póde ser esta Intelligencia de superior ordem, que o Anjo Tutor do Marquez de Pombal; Anjo sem dúvida de grande conselho para o Cliente, para o Rey, e para o Reino? Que outro porém póde ser este Anjo de grande conselho para todos, que o que para utilidade, augmento, gloria, e esplendor de hum Reino, que está debaixo da sua Guarda; suggere ao mesmo Marquez tantos Pensamentos superiores á commun comprehensão dos Mortaes; tantos Projectos elevados muito sobre a ordinaria condução dos outros Anjos? Concluamos logo, que se he hum *Arcanjo* o Anjo Custodio de Portugal, *Arcanjo* tambem deve ser o Anjo Custodio do que tem a seu cargo o Governo, e Ministerio do mesmo Reino. Concluamos ser hum mesmo o grande Anjo, que com a sua invivel protecção assiste a Portugal; que o que com as celestiaes Luzes, que occultamente comunica ao seu

Mi-

(†) 1. Timoth. vi. 16. *Qui lucem inhabitat inaccessible.*

Ministro, lhe inspira de continuo o inexaurivel dom de conselho, com que vemos que elle o governa, adianta, nobilita, e engrandece na face de todas as Nações.

Mas dizei-nos já, Anjo santo, Anjo grande, Anjo poderoso: Que Instruções foram as que recebestes do Supremo Senhor, que he Deos dos Exercitos, quando este vos encarregou da tutela, e defensão deste vosso tão illustre Recomendado? Ouve, e attende, Anjo meu, Ministro meu: (Disse o eterno, e omnipotente Provilor de todo o creado) Sabe, que huns certos Homens Apollatas; huns Homens rebeldes; huns Homens obstinados na malicia, e iniquidade; huns Homens, que com as suas desobediencias, soberbas, arrogancias, ambições, cubicas, atrevimentos, infidelidades, perfidias, insultos, sacrilegios, herefias, atrocidades, foram accumulando contra si pelo largo espaço de duzentos annos os furores, e vinganças da minha ira, até o ponto de ferem por Mim abandonados ao ultimo extremo de desesperação, e de cegueira interior: Estes Homens, digo, vendo que o Marquez de Pombal, Ministro recto, sabio, e valeroso do meu segundo David, do meu amado Ungido, do meu José Rey de Portugal; fora o primeiro, que corréra o véo ás suas Hypocrisias, aos seus Embustes, e Elstratagemas, ás suas Maquinações, aos seus horrendos, e abominaveis Planos contra a Pureza da Religião, e da Moral, que meu Unigenito Filho ensinára ao Mundo; contra a obediencia devida, promettida, e jurada aos meus Vigarios; contra a sujeição, e vassallagem, que a todos os Príncipes, e Potestades da Terra tributáram sempre, e mandáram tributar os meus Apostolos; contra a vida dos mesmos Príncipes, e dos seus Magistrados; contra o socego público das Sociedades humanas; contra tudo o que no Mundo ha de mais

mais sagrado, e inviolavel: Estes Homens, torno a dizer, vendo que por estes atrocissimos delictos, accumulados, e convencidos na face de todo o Orbe Catholico, fizera o mesmo Marquez não só expulzar de todo o Reino de Portugal a sua Sociedade; mas tambem abolir, e extinguir da minha Igreja a sua Ordem: Armados agora não de paciencia, e humildade, como convinha á Profissão de Chriãos, e muito mais á Profissão Religiosa; mas de furia, e de raiva, como Vafos, que são de contumelia, e de reprovação: Inflammados não em caridade soffredora, benigna, pacifica, e desinteressada; mas em hum odio entranhavel, em hum odio reconcentrado, em hum odio mortal contra o Proximo: Pertendem, e procuram com o ultimo empenho, e esforço tirar a vida ao mesmo Marquez de Pombal, pelos modos mais astutos, mais cruéis, mais imprevisitos: Sem entre-tanto os refrear, e cohibir nem a santidade, e severidade das minhas Leis; nem os Diçlames da Razão Natural; nem os Remórros da propria consciencia; nem, o que he mais, a necessária reflexão, que por força do que experimentam devem ter feito, de que ha muitos annos anda sobre elles a pezada Mão de hum Deos irado, de hum Deos Vingador, de hum Deos Justiceiro.

Tu pois, que por Natureza és Espirito, e na actividade és Fogo abrazador (*); voa neste mesmo instante a desviar do mesmo Marquez toda a filada, e a desfazer qualquer suplantação, que lhe queiram armar os seus, e meus Inimigos. Não o largues em alguma hora, ou momento. De dia, e de noite véla sobre a sua vida. Acompanha-o, avisa-o, defende-o, protege-o.

Trata-se da incolumidade, e segurança não de algum

C

(*) Psal. ciii. 4. Qui facis Angelos tuos spiritus, & ministros tuos ignes urentes.

Homem intuil, cuja vida importe pouco á República; mas da incolumidade, e segurança de hum Ministro, a quem Eu com especial Providencia mandei ao Mundo, e elcolhi nestes ultimos tempos de tanta calamidade, e corrupção; para que estando ao lado de Dom JOSÉ, Rey de Portugal, como seu Primeiro Ministro; procurasse reparar os gravissimos damnos, e eltagos, que por espaço de dous seculos amontou a malicia de huns Homens tão ingratos.

Trata-se da incolumidade, e segurança de hum Reino, que tem por Tynibre a Cruz, e as Chagas de meu Filho Jesus Christo; e que desde o primeiro dia, que nelle entráram os mesmos ingratos Homens, até o em que foram delle exterminados; andou sempre agitado de intrigas, de inquietações, de disturbios, de conjurações, de motins, de attentados, de assolacões, de ruínas.

Trata-se da incolumidade, e segurança de hum Rey, que tem por Throno a Justiça, a Verdade, o Zelo pela minha Honra; de hum Rey, a quem Eu quiz fazer grande, e famoso entre todos os Reis da Terra, dando-lhe por Confidente, e Confelheiro hum Ministro habil; de hum Rey, que no que emprende, e no que consegue, todo o Mundo tem visto, que anda com elle a minha Mão Omnipotente. (*)

O Successo poz em toda a clareza, que a conservação da vida do Marquez de Pombal, foi, e he para o seu grande Anjo Tutelar hum objecto de tanta attenção, e cuidado, como para o Altissimo o foi, e he de huma especial Providencia. O Altissimo mandando, e o Anjo obedecendo, manifestam bem a todo o Portugal, quanto

(*) Luc. i. 66. Et ecce natus David rex erat cum illo.

por todos Nós deve ser desejada, e estimada huma vida, de que o Ceo faz tanto caso.

Agora pois, valeroso, e pio Marquez; agora, que a vossa preciosissima vida está encomendada pelo Todo Poderoso á tutela do vosso, e nosso Anjo; agora, que já tão vivivelmente experimentastes os effectos della celestial protecção: Póde já toda a Nação Portuguesa cantar como Epinio o Plaluo do Real Profeta. (*)

1. O que habita no adjutorio do Altissimo, descansará na protecção do Deos do Ceo.

2. Elle mesmo dirá ao Senhor: Vós sois o que me recebestes nos Braços da vossa Providencia; vós o meu Refugio, o meu Deos, em quem sempre esperarei.

3. Porque elle mesmo foi o que me livrou do Laço dos Calladores, e da Palavra mordaz.

4. Elle com as suas Azas te fará sombra; e tu esperarás nas suas Pennas.

5. A sua verdade te cercará como Escudo, para não temeres os Inimigos nocturnos;

6. Nem a setra despedida á tua vista; nem a Negociação tratada no silencio da noite; nem o Assalto, e Demonio do meio dia.

7. Cahirás ao teu lado mil, e á tua direita dez mil; porém o mal não chegará a ti.

8. Tu

(*) Psal. xc. 1. Qui habitat in adjutorio Altissimi; in protectione Dei Celi commorabitur.

2. Dixit Dominus: Inceptor meus es tu, & refugium meum; Deus meus sperabo in te.

3. Quoniam ipse liberavit me de lingua circumantium, & a cuncto assero.

4. Scyllis suis circumdabit tibi, & sub pedibus ejus sperabis.

5. Statu circumdabit te: veritas tua, non derelicta a timore nocturno.

6. A setra volante in die, & a negotio perambulante in tenebris, ab intus & de foris persequenti.

7. Cadent a latere tuo mille, & decies milia a dextera tua: ad te autem non appropinquabit.

8. Tu sómente ficarás vendo com os teus olhos o infortunio alheio; e preferirás o castigo dos perversos.

9. Porque disseste: Vós, Senhor, faze a minha Esperança; vós o que puzestes muito alto o vosso Refugio.

10. Não chegará a ti o mal; nem o flagello entrará em tua Casa.

11. Porque o Senhor mandou aos seus Anjos, que te guardem em todos os teus caminhos.

12. Elles pois te sustentarão em seus Braços, para não succeder, que cahindo, firas na pedra o teu pé.

13. Andarás sobre o Aspidé, e sobre o Basilisco; e pizarás o Leão, e o Dragão.

14. Porque elle esperou em Mim, Eu o livrarei; e porque conheceo meu nome, Eu o protegerei.

15. Elle clamará por Mim, e Eu o ouvirei: com elle estou na mesma occasião do perigo, e do trabalho; livrallo-hei, e glorificallo-hei.

16. Enchello-hei de dias prolongados; e no fim mostrar-lhe-hei o meu Salvador.

E vós, ~~Ó Homens perdidos~~, Homens abandonados ás depravações da raiva, e da desesperação; que importa que procurais encubir-vos com as sombras da noite, e do engano; se o dedo da Providencia vos está mostrando pel's públicos Factos authorizados na Sentença de nove de Outubro deste presente anno: Que vós fostes os ver-

8. Verumtamen desuit tuis considerabit, & retributionem peccatorum reddet.
9. Quoniam tu ei, Domine, sperata, alius tunc posuisti refugium tuum.
10. Non accedet ad te malum; & flagellum non apprehensum est in domum tuam.
11. Quoniam Angeli tui custodiant te, ut custodiant te in omni via tua.
12. In manibus portabunt te, ne forte offendas ad lapidem pedem tuum.
13. Super aspidem & basiliscum ambulabis; & conculcabis leonem & draconem.
14. Quoniam in me speravit, liberabo eum; protegam eum, quoniam cognovit nomen meum.
15. Clamabit ad me, & ego exaudiam eum; cum ipso sum in tribulatione: eripiam eum, & glorificabo eum.
16. Longinquit dierum replebo eum, & ostendam illi salutem meam.

dadeiros Réos da abominavel conjuração, que a Suprema Junta da Inconfidencia mandou castigar na Pessoa do malvado Monstro *João Baptista Pêlle*?

Se o argumento, que se deduz a *sufficienti partium enumeratione*, he válido, e he concludente por toda a Razão Natural, e Juridica: Dizei-me qual he em toda a Igreja de Deos a Communidade do Clero Secular, ou Regular; qual he nos Reinos, e Estados da Terra a Sociedade de Homens Civis; qual he ainda entre os mesmos Infieis guiados sómente pelo Lume da Razão Natural; qual he; qual he, digo, aquella Universalidade de Gentes, que estabeleceu no Mundo por Doutrina, e pratica-se por hum Systema commum, uniforme, e successivamente seguido por mais de dous seculos; fazer assassinar os Papas, os Reys, os Principes do Seculo, os Cardeaes, os Prelados Diecefanos, e os Ministros de Estado; quando achou que assim era util aos seus ilícitos Fins; e mundanos interesses?

Se he preciso cederem as vossas maliciosissimas cautelas á evidencia, de que a vossa Sociedade foi até o dia de hoje a unica, contra o Commum da qual se acha exuberantemente concluido o detestavel, e péssimo costume de tão execrandas maldades: Por elle conclue igualmente a poderosa Presumpção de Direito com a plenissima Prova, que ella contém por sua natureza; que vós fostes os certos, e indubitaveis Mandantes de tão abominavel delicto; e que o Mandatario julgado só foi hum fervil, e infame Instrumento da vossa sempre até agora implacavel vingança.

Se a verosimilidade, e a inverosimilidade, são os dous Pólos, que fixam a segurança das Provas: Ambas ellas confirmam exuberantemente, que nenhuma outra

D Cor-

Corporação do Orbe conhecido, que não fosse o vosso facanhoso Synedrío; podia conceber a idéa do artificioso Estratagem, com que escolhesteis o dia mais fausto, e plausível, que tinha amanhecido á Corte de Lisboa; para o denigrardes, e horrorizardes com hum tão espantoso Catástrofe, como o que maquinastes com o fim, de que toda a grande parte Popular das duzentas mil Pessoas, que enchiam a Real Praça do Commercio naquellê faustissimo dia; primeiro sorprendida por hum tão repentino Fenomeno, cuja causa necessariamente devia ignorar; e logo depois agitada pelo Fanatismo dos vossos nefandos Emisarios; fosse induzida, e concitada a crer, que baixára do Ceo para desaggravar-vos o mesmo Fogo; de que vós haveis sido os infernaes Artifices.

Se os Ditos de duas, ou tres Testemunhas livres de suspeição fazem Prova plenissima pelas Disposições dos Textos Sagrados, e Civis; muito mais numerosos são os Depoimentos de Facto proprio, com que, sem vos sentirdes, vós condemnastes a vós mesmos á Face de todo o Universo nos malvados Escritos, com que instruistes aquelle illustre Executor, e desgraçada Victim da vossa atrocidade.

Nos mesmos Escritos pois he hum claro Depoimento da vossa enormissima culpa cada huma das clausulas seguintes. Primeira. = *O Marquez de Pombal nosso amigo*: (ou *nosso inimigo*, no genuino sentimento da Ironia, que contém esta clausula.) Segunda. = *Empregando-se o golpe no Tyranno*. Terceira. = *Se põe a armadilha para a redempção de todos*. Quarta. = *A Religião não morre*. Quinta. = *V.m. tem certo o premio*. Sexta. = *E ficará hum Homem*... Isto se vê, que era muito grande.

Se

Se pois se prescindir da vossa Sociedade, qual outra se achará em toda a Corte de Lisboa, e em todas as Províncias do Reino de Portugal, que tenha o Marquez de Pombal por seu *inimigo* em commum? Qual outra, a que o repete por *Tyranno*? Qual em todas as Ordens do Clero Regular aquella, que se ache na urgencia de procurar persuadir desde o abatimento da agonia, que a sua *Religião não morre*, como a vossa morreo, depois que foi extincta? Qual a que fosse capaz de afirmar, que a morte do Marquez seria de utilidade *para a redempção de todos*? Quantos, e quaes são estes *todos*?

He demonstrativamente certo, que não podem ser *todas* as ditas Ordens do Clero Secular, e Regular deste Reino: porque quasi todas tem já feito, e vam fazendo subir nas suas Igrejas perennes Louvores, e públicas Acções de Graças ao Ceo, por haver preservado a vida do Marquez (seu devoto, e zelosissimo Bemfeitor) dos estragos do vosso Estratagem. Que não podem ser *todos* os que são comprehendidos na Collecção do Illustre, Nobre, e sempre Leal Povo da Capital do Reino, de que he Representativo o Senado da Camara: porque todos tem dado ao mesmo Ceo, e á Terra os mais significantes Testemunhos do seu grande susto, e do seu igual contentamento; fazendo entoar, e celebrar na devota Igreja de *Santo Antonio* os mais solemnes Hymnos, as mais gratulatorias Orações, e os mais repetidos Sacrificios, pela preservação da vida do Marquez. Que não podem ser *todos* os que constituem as Corporações do Commercio em grosso; as Classes dos Mercadores de Retalho, e Tráfico miudo. Que não podem ser *todos* os Gremios dos Artifices, alistados debaixo das Bandeiras da Casa chamada dos *Vinte-Quatro*, que tem o Juiz do Povo por seu Presidente:

te: porque também cada huma destas Classes, e Gremios no seu particular, encheo as Igrejas de Graças, e Louvores ao Altíssimo com tão eficaz devoção, como despeza no Culto Divino; em concursos taes, e tão numerosos, que nem ainda os Templos mais amplos podiam recebê-los.

Não sendo pois estes os *todos*, a que vos referistes; fica bem manifesto, que sómente ao Corpo Collectivo da vossa raivosa, e extinta Sociedade podiam dizer respeito, e fazer relação aquelles vossos denominados *todos*.

Ultimamente são Principios universalmente recebidos: Que nenhum delicto se commette sem causa: Que por isso os Réos de qualquer crime se reputam sempre aquelles, que para elle tem motivos de paixão, e de interesse. E onde se acharão em toda a Europa, e menos em Portugal Homens, que tivessem paixão, e interesse para armarem hum tão artificiozo Estratagem, ao fim de privarem o Marquez de Pombal de huma vida tão universalmente desejada, e agradecida ao Ceo, com tantas, e tão públicas Orações, e Sacrificios; se não se forem descobrir na soberba, na raiva, e na sempre implacavel vingança Jesuitica?

E pois que de hum tão horroroso, e público escandalo, podeis ainda tirar hum proveitoso exemplo, e hum claro defengano, para acabardes de crer, que as vossas portuosas malicias não tem podido, nem poderão já mais prevalecer contra aquella Suprema Providencia, que está sempre indefectivelmente vigiando sobre a Igreja de Deos, e sobre as Monarquias da Terra, para as defender, e preservar dos insultos dos malvados: Aproveitai-vos dos merecimentos de todas aquellas devotas, e perennes Orações, e de todos aquelles multiplicados Sacrificios, a que destes hu-

huma tão torpe causa; para converterdes a vossa até agora inflexivel soberba na docilidade, e resignação, com que deveis humilhar-vos confusos debaixo das Disposições daquelle Altíssimo Senhor, que vos tem aberto os seguros caminhos da humildade, e do abatimento, para vos conduzirdes ao fim do Summo Bem, a que vos destinou pela Redempção do Genero Humano.

ração; que importa que procurásseis encobrir-vos com as sombras da noite, e do engano; se o dedo da Providência vos está mostrando pelos públicos Factos autorizados na Sentença de nove de Outubro deste presente anno: Que vós fostes os verdadeiros Réus da abominável conjuração, que a Suprema Junta da Inconfidência mandou castigar na Pessoa do malvado Monstro João Baptista Pelle?»¹⁶

A «certeza» de Pereira de Figueiredo, a *suffici-enti partium enumeratione*, sobre um acontecimento e processo que, aliás, ficaria por explicar, para sempre, em todos os seus detalhes e implicações, interessa-nos, acima de tudo, pela interpretação dos acontecimentos caucionados pelo Poder. No preciso momento em que se dava a apoteose do pombalismo, em 6 e 7 de Junho de 1775, com a inauguração da estátua equestre e a incrustação do medalhão do Marquês de Pombal no pedestal, no momento em que festivamente irrompia o carro representando o Templo da Imortalidade, no dia «mais fausto e plausível» que tinha acontecido à Corte de Lisboa, afirma-se a *cidade perfeita*, assistida pela Suprema Providência.

Nestas circunstâncias era possível, finalmente, a Redenção do Género Humano frente à falsa redenção prometida por aqueles que visavam eliminar de Carvalho e Melo constante do processo de Pelle.

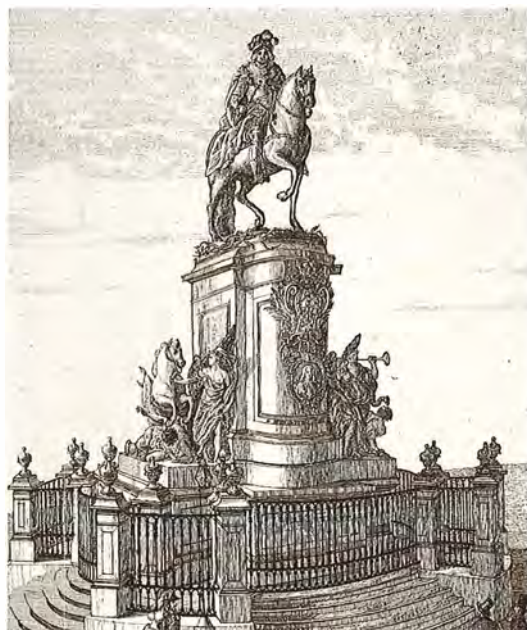
«Se pois se prescindir da vossa Sociedade, qual outra se achará em toda a Corte de Lisboa, e em todas as Províncias do Reino de Portugal, que tenha o Marquez de Pombal por seu inimigo em comum? Qual outra, a que o repute por Tirano? Qual em todas as Ordens do Clero Regular aquela, que se ache na urgência de procurar persuadir desde o abatimento da agonia, que a sua Religião não morre, como a vossa morreu, depois que foi extinta?»¹⁷

O Estado absolutista como protector do sagrado

A leitura de cunho religioso, expressa num discurso de sacralização do poder pombalino, como aconteceu em tantas outras expressões do absolutismo esclarecido europeu, significava a aproximação a um discurso racionalizador, em que o Estado aparecerá como protector do



Alegoria à Casa Real Portuguesa e ao seu enviado a Haia, Diogo de Mendonça Corte Real.
Iluminura de Pierre de Rochefort, 1726.
Biblioteca Nacional de Lisboa



próprio sagrado. É neste sentido que podemos entender a contiguidade da acção punitiva, reiteradora do Estado, com o permanente apelo às acções de graças, reparadoras das consequências previsíveis da acção criminosa de Pelle e dos cúmplices (?) que o réu não delatou. Em termos de imaginário colectivo, a afirmação regeneradora de uma sociedade ameaçada integra-se, afinal, na festa que durou vários dias, a fim de comemorar a implantação da estátua equestre de D. José I «com toda a grande parte Popular das duzentas mil Pessoas, que enchiam a Real Praça do Comércio»¹⁸ por onde circularam os carros alegóricos Templo da Eternidade, Portugal Triunfante, além do de Apolo e de Oceano e Tétis.

Do lugar em que o Padre Pereira de Figueiredo, porventura, poderia observar o rei já doente e melancólico, era de toda a conveniência esperar que o Arcanjo da Guarda de Portugal fosse o Arcanjo da Guarda do Marquês de Pombal, protegendo o exercício do poder absoluto, para

além das circunstâncias, isto é, mercê do bom uso da Razão natural, da «boa Razão» premiada, em todos os momentos, pela disponibilidade, pela eleição da Potência tutelar e conselheira.

Para concluir, deve-se entender, ainda, que o autopanegírico do Poder, composto pelo teorizador regalista António Pereira de Figueiredo, reflecte um projecto político que se afirma pela diferença e pelo exorcizar de toda e qualquer força desestabilizadora, isto é, a diferença que é possível construir pela Razão, sem dúvida, mas também através da protecção angélica garante da incolumidade do Ministro e da Nação Portuguesa.

Nota: uma versão anterior deste trabalho foi publicada na *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI (1996), pp. 377-381. Ao retomar, agora, o texto para acompanhar a divulgação do opúsculo de António Pereira de Figueiredo introduzimos algumas modificações.

¹ Cfr. Manuel Filipe Cruz Canaveira, *SUA Magestade FIDELÍSSIMA – Da Monarquia, Imagem da Realeza Ideal e Educação do Rei no Absolutismo Português e Europeu*, Lisboa, UNL, 1996 (Diss. de Doutoramento), pp. 136-172 e, especialmente, p. 161 sobre a inauguração da estátua equestre de D. José I.

² *Preces e Votos da Nação Portuguesa ao Anjo da Guarda do Marquez de Pombal*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, MDCCCLXXV, p. 9.

³ *Idem*, p. 6.

⁴ *Idem*, ib.

⁵ *Preces e Votos* cit., p. 10.

⁶ *Idem*, p. 4.

⁷ *Idem*, ib.

⁸ Cfr. Zília Osório de Castro, «O Regalismo em Portugal. António Pereira de Figueiredo», *Cultura, História e Filosofia*, VI (1987), pp. 375-377.

⁹ *Preces e Votos* cit., p. 4.

¹⁰ *Idem*, p. 5.

¹¹ *Idem*, pp. 6-7.

¹² *Idem*, p. 7.

¹³ Veja-se J. S. da Silva Dias, «Pombalismo e Teoria Política», in *Cultura-História e Filosofia*, I (1982), pp. 457-114; J. Esteves Pereira, ob. cit., Parte II, pp. 87-175.

¹⁴ «Mas já Maria se vê/livrá-lo de tanto mal/e teu pescoço infernal,/pisar com seu próprio pé.» (B.U.C, Ms. 394, fl. 208) cit. in J. J. Carvalhão Santos, *Literatura e Política. Pombalismo e Anti-pombalismo*, Coimbra, Minerva, 1991, pp. 113-116.

¹⁵ *Preces e Votos* cit., pp. 11-12.

¹⁶ *Idem*, pp. 12-13.

¹⁷ *Idem*, p. 15.

¹⁸ *Idem*, p. 14.